



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640194 - SP (2021/0013717-0)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : LEO CRISTIAN ALVES BOM
ADVOGADO : LEO CRISTIAN ALVES BOM - SP268276
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : IVANILDO DA SILVA BARBOSA (PRESO)
CORRÉU : DIEGO BARBOSA DE LUCENA
CORRÉU : ROMERO AVELINO DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de IVANILDO DA SILVA BARBOSA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2283780-19.2020.8.26.0000).

O paciente foi preso por suposta prática do delito descrito no art. 121, § 2º, II, III e IV, c/c art. 29, *caput*, todos do Código Penal, sendo pronunciado pelo magistrado de primeira instância, ocasião em que foi negado o direito de responder ao processo em liberdade.

O impetrante sustenta a carência de fundamentação idônea para a decretação da prisão do paciente, que teria sido calcada na gravidade abstrata do delito, tendo em vista que estariam ausentes os requisitos autorizadores da custódia cautelar previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, seja concedida a liberdade ao paciente.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, verifica-se, em uma análise preliminar do feito, que a manutenção da prisão do paciente foi devidamente fundamentada pelo Tribunal de origem com base em elementos concretos dos autos a comprovar a necessidade da custódia cautelar para garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal. A propósito, confira-se o que consignou a Corte estadual (e-STJ fl. 31):

(...) o delito praticado pelo paciente é de natureza grave, de homicídio qualificado, eis que teria impelido por motivo fútil, com meio cruel (trinha), além de socos e pontapés, e agindo mediante recurso que dificultou a defesa da vítima, (...) ceifado a vida do ofendido, através de espancamento, em frente a uma boate, provocando-lhe os ferimentos descritos no laudo necroscópico juntado aos autos originais.

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da

impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência